



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0011888-24.2017.8.26.0566 - 2017/003045**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 3482/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2015/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 328/2017 - 5º Distrito Policial de São Carlos**  
 Réu: **Fabiano Diego Aparecido da Silva Ferreira**  
 Data da Audiência: **03/04/2018**

Réu Preso

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **FABIANO DIEGO APARECIDO DA SILVA FERREIRA**, realizada no dia 03 de abril de 2018, sob a presidência do **DR. EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MÁRIO JOSÉ CORRÊA DE PAULA**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado da Defensora Pública **DRA. AMANDA GRAZIELLI CASSIANO DIAZ**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Em seguida, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima **THAISS HELENA ZAPPAROLLI DE ALBUQUERQUE** e as testemunhas **SIMONE APARECIDA GOMES** e **RODRIGO ZAPPAROLLI DE ALBUQUERQUE**, sendo realizado o interrogatório do acusado (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

sequência). As partes desistiram da oitiva da testemunha Alexsandro Ferreira, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **FABIANO DIEGO APARECIDO DA SILVA FERREIRA** pela prática de crime de tentativa de roubo. Instruído o feito, requeiro a procedência. Apesar da negativa do réu, a vítima foi firme em afirmar que foi agredida pelo mesmo, bem como este buscou arrebatá-la sua bolsa, porém em razão de sua reação e das pessoas transitando no local, o réu acabou por fugir. A versão da vítima é corroborada pelas demais testemunhas. Assim sendo aguarda-se a procedência da ação, e o regime inicial deve ser o fechado visto a gravidade do crime de roubo e os antecedentes do réu. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: O acusado foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 157, *caput*, c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal. Requer-se a absolvição do acusado com alicerce no artigo 386, VII, do CPP. O réu, em juízo, narrou que caminhava em sentido contrário ao da vítima e acabou por esbarrar contra ela, de forma que ela deve ter entendido erroneamente que ele procurava subtrair a sua bolsa. A vítima narrou que o acusado não disse nada, não tendo exigido dela que lhe entregasse a bolsa, e apenas por sua impressão subjetiva acerca dos movimentos do réu ela entendeu que ele buscava subtrair a sua bolsa. O irmão da vítima e a policial, ouvidos na presente audiência, não presenciaram os fatos. Milita em favor do acusado a presunção de inocência, de maneira que apenas prova robusta em sentido contrário à sua negativa seria capaz de infirmá-la, o que não é o caso dos autos. Caso o entendimento for diverso, requer-se que a redução em razão da tentativa se dê em seu grau máximo, pois, conforme a narrativa da ofendida, o réu nem sequer chegou a tocar na bolsa, de forma que o *iter criminis* percorrido foi mínimo. Requer-se, ademais, a imposição de regime diverso do fechado, observando-se a Súmula 269 do STJ. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos. FABIANO DIEGO APARECIDO DA SILVA FERREIRA**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, *caput*, c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque, segundo a denúncia, no dia 01 de dezembro de 2017, por volta das 18h51min, na Rua Doutor Carlos Botelho, defronte à praça XV de Novembro, Centro, São Carlos, tentou


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

subtrair, para si, uma bolsa contendo objetos pessoais não avaliados, da vítima *Thaiss Helena Zapparolli de Albuquerque*, mediante violência, consistente em agarrar a bolsa da vítima e desferir socos contra o braço desta, para que soltasse o objeto, somente não se consumando o delito por circunstâncias alheias a sua vontade. Apurou-se que a vítima caminhava pelo local dos fatos, quando o acusado, que vinha em sentido contrário, agarrou sua bolsa e desferiu golpes contra seu braço. O crime não se consumou devido à reação da vítima, que resistiu a investida de FABIANO, segurando firmemente sua bolsa e desvencilhando-se dele, correndo, em seguida, em direção à Avenida São Carlos. Logo após, a vítima procurou por seu irmão Rodrigo Zapparolli de Albuquerque e, com a ajuda dele, localizou o denunciado nas proximidades e prontamente o reconheceu como autor do roubo (cf. auto de reconhecimento de fls. 12). Neste momento o irmão da vítima interpelou o denunciado e o deteve até a chegada dos policiais. A denúncia foi recebida em 18 de dezembro de 2017 (fls. 118/119). O réu foi citado e ofereceu resposta à acusação às fls. 160/161. Nesta audiência procedeu-se a oitiva da vítima, de duas testemunhas e em seguida o réu foi interrogado. Realizados os debates orais, o Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia. A Defensoria Pública, de outra parte, pugnou pela absolvição, postulando subsidiariamente a concessão dos benefícios legais. **É o relatório. Fundamento e decidido.** A ação penal é procedente. A materialidade está demonstrada pelo laudo pericial de fls. 124/125 e pela prova oral produzida. A autoria também é certa conquanto não admitida pelo denunciado. Interrogado nesta audiência, o réu negou a prática da infração penal que lhe é atribuída mencionando que na verdade abordou a ofendida na via pública com o propósito de pedir-lhe dinheiro. Acrescentou que de modo não intencional tocou em seu braço asseverando que não tinha a intenção de promover despojamento patrimonial. Sua versão, contudo, foi desautorizada pelos elementos amealhados em contraditório. Na presente solenidade, sob o crivo do contraditório, a vítima Thaiss Helena Zapparolli de Albuquerque relatou que caminhava nas proximidades do seu local de trabalho quando foi abordada pelo acusado que desferiu dois socos contra seu braço e segurou sua bolsa com a nítida intenção de apropriar-se do bem. Disse também que conseguiu desvencilhar-se da ação do réu e que, após, na companhia de seu irmão, localizou o denunciado consumindo entorpecentes na via pública,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

reconhecendo-o com segurança como sendo o autor da conduta. As palavras da ofendida foram confirmadas pelas declarações das testemunhas Rodrigo Zapparolli de Albuquerque e Simone Aparecida Gomes, as quais relataram em juízo que a vítima, por ocasião dos fatos, apresentou versão absolutamente coincidente com aquela prestada nesta audiência. Sobre a questão já se decidiu: *PROVA - Meios - Palavra da vítima - Eficácia - Depoimento do ofendido revestido de coerência, robustez e segurança sem demonstrar qualquer tendência para o exagero ou o prejuízo injusto - Elemento hábil à condenação, ainda mais se em perfeita consonância com a prova dos autos - Admissibilidade - Apelo parcialmente provido. (TJSP - Ap. Crim. nº 1.097.136-3/8 - São Paulo - 5ª Câmara da Seção Criminal - Relator Pinheiro Franco - J. 30.08.2007 - v.u).* Impõe-se, em consequência, o acolhimento da pretensão expressa na denúncia, haja vista que o acusado utilizou-se de violência com o propósito de subtrair a bolsa da ofendida, não atingindo seu intento por circunstâncias alheias à sua vontade. Passo a dosar a pena. Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena base no mínimo legal em 04 anos de reclusão e no pagamento de 10 dias-multa. Reconheço em desfavor do acusado a agravante da reincidência, tendo em vista as condenações transitadas em julgado certificadas às fls. 143/144 e 144/145. Tratando-se de dupla reincidência, exaspero a pena em 1/5, perfazendo-se o total de 04 anos, 09 meses e 18 dias de reclusão e pagamento de 12 dias-multa. Em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 14 do Código Penal, reduzo a pena no patamar máximo de 2/3, pois a conduta foi abortada logo no início, distanciando-se sobremaneira da consumação, do que resulta a reprimenda de 01 ano, 07 meses e 06 dias de reclusão, e 04 dias-multa. Fixo a multa mínima em razão da capacidade econômica do autor da conduta. O réu é reincidente, razão pela qual estabeleço o regime fechado para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta, inviabilizando-se pelo mesmo motivo a substituição por restritivas de direito. Eventual direito à progressão do regime será apreciada oportunamente, no momento da execução. Posto isso, julgo procedente a ação e condeno o réu **FABIANO DIEGO APARECIDO DA SILVA FERREIRA** à pena de 01 ano, 07 meses e 06 dias de reclusão em regime inicial fechado e 04 dias-multa, por infração ao artigo 157, *caput*, c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal. O réu não poderá recorrer em liberdade pois persistem as



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

razões de fato que ensejaram a decretação da prisão preventiva. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--

Promotor:

Acusado:

Defensora Pública: